



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de **mobiliários**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem o **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

MOBILIÁRIOS			
LOTE	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1	Armário em aço com 2 portas, cinza, com 5 prateleiras medindo aprox. 1,90 x 0,90 x 0,40m. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	20
2	Arquivo de aço com 4 gavetas, cinza. Confeccionado em chapa de aço 26 e fechadura. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	UND	50
3	Arquivo de aço com 4 gavetas, cinza. Confeccionado em chapa de aço 26 e fechadura. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 02, LEI 123/06)</b>	UND	10
4	Cadeira de material plástico de alta qualidade, com braços, na cor branca, com capacidade de peso mínimo de 100kg, atestada pelo INMETRO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	250
5	Cadeira de material plástico de alta qualidade, sem braços, na cor branca, com capacidade de peso mínimo de 100kg, atestada pelo INMETRO. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	250
6	Cadeira executiva fixa, com apoio p/ braço, assento e encosto em estofado azul ou preto, peso suportado no mínimo de 120 kg. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	120
7	Cadeira executiva fixa, com assento e encosto em estofado azul ou preto, capacidade para 120kg. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	120
8	Cadeira executiva giratória, com apoio p/ braço, assento e encosto em tecido, nas cores azul ou preta, com regulagem de altura. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	100
9	Cadeira executiva giratória, com assento e encosto em tecido, nas cores azul ou preta, com regulagem de altura. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	100
10	Cadeira presidente operativa com apoio p/ braços fixo, acolchoada, com rodízios e sistema relax. Peso	UND	30



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

	suportado no mínimo de 110 kg. Estrutura - giratória. Assento e encosto confeccionados em tecido azul ou preto (definir na hora do pedido). Densidade da espuma no mínimo d45. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>		
11	Estante alta aço inoxidável 04 prateleiras aprox.1,50 x 100 x 30cm. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	UND	50
12	Estante alta aço inoxidável 04 prateleiras aprox.1,50 x 100 x 30cm. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 11, LEI 123/06)</b>	UND	10
13	Estante alta em aço com 5 prateleiras com dimensões aproximadamente de 1m x 2m x 40mm. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	20
14	Estante baixa aço inoxidável 04 prateleiras aprox. 1,20 x 100 x 30cm. <b>(COTA PRINCIPAL)</b>	UND	50
15	Estante baixa aço inoxidável 04 prateleiras aprox. 1,20 x 100 x 30cm. <b>(COTA RESERVADA DO LOTE 14, LEI 123/06)</b>	UND	10
16	Fogão industrial 06 bocas com forno, grelha 30x30, estrutura em aço carbono. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	10
17	Fragmentadora/trituradora de papel – nível de segurança: p2 ou p3 – com número máximo de folhas: 06 a 08. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	30
18	Gaveteiro baixo com 4 gavetas, equipado com tranca e rodinhas, na cor cinza. Medindo aprox. 46x40x67cm. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	25
19	Geladeira vertical 01 porta com capacidade mínima de 260 litros, eficiência energética A e garantia de 01 ano. 220 v. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	10
20	Geladeira vertical 2 portas capacidade mínima de 550 litros, eficiência energética A e garantia de 01 ano. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	10
21	Longarina plástica 4 lugares, na cor preta ou azul (definir na hora do pedido). Assento: confeccionado em polipropileno (pp), no sistema de injeção termoplástica. Com travamento feito por parafusos e estrutura em aço. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	50
22	Longarina plástica 4 lugares, na cor preta ou azul (definir na hora do pedido). Assento: em espuma e tecido, com travamento feito por parafusos e estrutura em aço. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	50
23	Mesa de escritório com 02 gavetas; MADEIRA/MDP/MDF ou similar; dimensões no máximo de 1,20 m x 0,60cm, devidamente montada. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	50
24	Mesa para escritório reta com 2 gavetas 120 x 60, pés em aço. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	50
25	Mesa redonda para reunião escritório, para 4 lugares, com aproximadamente 74 cm de altura e 120 cm de	UND	50



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

	largura, em MDF e base em metalon, na cor branca ou cinza. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>		
<b>26</b>	Fogão Industrial 06 bocas sem forno, grelha 30 x 30 cm, estrutura em aço carbono. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	5
<b>27</b>	Fogão 04 bocas com forno, voltagem 220w. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	15
<b>28</b>	Armário de cozinha com 10 portas, medindo aproximadamente 2,45m x 1,65m, na cor branco. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	15
<b>29</b>	Ventilador de coluna 40 cm – 220w. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	30
<b>30</b>	Freezer vertical Inox 4 portas Controlador Eletrônico digital e indicador digital de temperatura, degelo automático natural. Temperatura: -20°C a -12°C. Refrigeração: Ar forçado com serpentina aletada. Revestimento externo em aço inox 430 e interno aço galvanizado. Pés reguláveis. 4 níveis prateleiras aramadas e reguláveis. Dimensões (CxAlxL): 122,6 x 209 x 84cm. Capacidade mínima de 1.045L com voltagem de 220w. <b>(LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)</b>	UND	2

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## **2. JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

## **4. FORMA DE FORNECIMENTO**



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**4.1.** O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a **15 (quinze) dias**, contados a partir da solicitação.

**4.2.** Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário de funcionamento do órgão.

**5. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

**5.1.** O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos realizado junto as empresas pertencentes ao ramo do objeto.

**5.2.** A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

**6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

**6.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A Contratada obriga-se a:

**7.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta,



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**7.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**7.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.1.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, o produto com avarias ou defeitos;

**7.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**7.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**7.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** A Contratante obriga-se a:

**8.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**8.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**8.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**8.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**9.1.** A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **RODOLFO CAMILO PEREIRA RAYMUNDO, Coordenador de Compras Públicas, CPF nº 120.208.484-22**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**10.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**10.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**10.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**10.1.4.** Cometer fraude fiscal;



**ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**10.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

**10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com **o município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**10.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**10.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**10.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**10.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**10.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**10.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**10.8.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.